

NUSSEL, Friederike; SATTLER, Dorothea. *Einführung in die ökumenische Theologie*. Darmstadt: WBG, 2008. 161 p.

Introduction to ecumenical theology

Introdução à teologia ecumênica

João Batista Libanio*

Duas teólogas, a primeira é professora de teologia sistemática e diretora do Instituto Ecumênico da Universidade de Heidelberg e a segunda é professora de teologia ecumênica e de dogmática da Wilhelms-Universität de Munster, Westfália, elaboram-nos excelente introdução à teologia ecumênica.

Com três palavras, elas definem a estrutura do livro: caminhos, temas e metas. Caminho serve de metáfora para a existência humana e vale também para o ecumenismo. Pessoas de diferentes procedências movem-se para uma meta e quando partilham mútua e confiadamente suas convicções, cria-se entre elas um companheirismo de caminho. Não se faz ecumenismo sem reflexão sobre a própria confissão. Exige disponibilidade para testemunhar com autenticidade a própria fé e empatia na percepção dos fundamentos das outras confissões e a aceitação das diferenças remanescentes. Implica uma vocação comum em torno da vinculante Palavra de Deus, transmitida na vida eclesial dos fiéis. Há citações bíblicas que vêm frequentemente ao caso: Jo 17, 20-21, Ef 4, 4-6, 1Cor 12. Levam-se em conta também as confissões das Igrejas e sua história. A história do conceito de *ecumene* vem desde o significado helenicorromano, passando pela Igreja como nova *ecumene* por obra da virada constantiniana, pelos concílios ecumênicos e pelas cisões no Oriente, entre Oriente e Ocidente e no interior do Ocidente, pelas guerras da religião e pelo tempo das confissões até o nascer do movimento ecumênico no coração da preocupação missionária. O movimento ecumênico moderno arranca da Conferência de Edinburg em 1910 sobre a missão mundial e vive no mundo católico o calor do Concílio Vaticano II. Na construção da *ecumene*, as confissões têm peculiaridades próprias, como as Confederações evangélicas, as autocefalias

* Doutor em Teologia (Gregoria-Roma) e professor da Faje (Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia), e-mail: secteologia@faculdadejesuita.edu.br.

orientais e a centralidade romana repensada pelo Concílio Vaticano II. No momento, processa-se uma reconfiguração do movimento ecumênico com exigências específicas. Carece-se de novo esforço por uma coordenação. Concluindo essa primeira parte dos caminhos, as autoras apontam alguns marcos da história do movimento ecumênico e tarefas: uma hermenêutica ecumênica, o diálogo ecumênico no seu significado e limites, a função da teologia ecumênica no conjunto da teologia. O último toque tange à formação ecumênica como lugar de ensino nas faculdades católicas e evangélicas, nas aulas de religião das escolas e na formação teológica.

A segunda parte do livro ocupa espaço maior. Aborda a questão de temas teológicos vistos a partir da aproximação ecumênica. Trata-se dos grandes temas da teologia: Escritura e Tradição, Graça e Doutrina da Justificação, Ética individual e social, Teologia dos Sacramentos, Doutrina sobre os Ministérios, Eclesiologia. Conhecem-se bem as divergências que existem nesses campos teológicos entre as diferenças confissões cristãs católica, ortodoxa e da Reforma.

A relação Escritura e Tradição foi submetida a uma análise em que se atendeu aos aspectos comuns para um diálogo ecumênico, ao significado da temática nos diversos níveis, aos eventuais resultados dos diálogos já existentes. Entre as considerações conclusivas apresentam-se aproximações entre as confissões em diferentes questões: a Revelação de Deus como fundamento da Escritura, a legitimidade da Tradição, a argumentação pneumatológica, a dimensão missionária, o problema das decisões infalíveis do magistério.

Respeito à graça e à Doutrina da Justificação, as autoras trabalham clássicos temas da dialética entre lei e evangelho, justificação pela fé, pertença a Cristo, a justificação como tema da teologia de controvérsia desde Agostinho, passando pela Igreja oriental até Lutero e a Reforma. Tratam das diferenças doutrinárias e condenações na doutrina do pecado, da graça, da fé e das obras. Discorrem, em seguida, sobre o consenso nas verdades fundamentais da doutrina da justificação e sobre um consenso diferenciado na interpretação da mensagem da justificação. Apontam para o alcance ecumênico da compreensão evangélica e católica nesse campo, durante séculos, minada por ferrenhas discussões. Terminam acenando para o diálogo evangélico-ortodoxo sobre a compreensão da salvação.

A ética individual e social implica temática complexa. A ética social possui hoje tarefa e responsabilidade respeito ao conhecimento

da complexidade estrutural dos fatores econômicos, ecológicos, políticos e culturais atuantes sobre as condições de vida das criaturas. Os resultados da história do ensino ecumênico no campo da ética social referem-se ao diálogo ecumênico atual. Pois a ética social tem dimensão ecumênica. Estão postas exigências fundamentais a respeito das dimensões pessoais e estruturais do pecado. Preside a relação com a criação a intenção fundamental de Deus de preservação e moldagem da vida criatural. Sem tal perspectiva não se entendem os temas do campo ético-social na perspectiva cristã. Em perspectivas de futuro, o Cristianismo joga com a dialética da criação enquanto dom da vida e caminhos para conservá-la. As liturgias em comunidades ecumênicas frequentemente assumem relação com a criação.

A teologia sacramental abre enorme espaço de diálogo ecumênico. Começa com o conceito e o número de sacramentos. As autoras trabalham mais detalhadamente o batismo e a eucaristia. Sobre o batismo, entram na questão do batismo de crianças e adultos. A eucaristia levanta questões sobre a sua dimensão eclesial, a relação com o ministério, o caráter de sacrifício, a comunhão entre vivos e mortos na sua celebração, a questão da presença real e da transubstanciação, a comunhão aos doentes, a comunhão sob as duas espécies. De maneira sucinta, elas tocam a questão dos sacramentos da confirmação, da reconciliação e da unção dos enfermos.

Um quinto grupo temático se relaciona com os ministérios. Aqui estão os problemas mais controvertidos e espinhosos. Eles começam já na interpretação do Novo Testamento, que não contém nenhuma compreensão unitária dos ministérios e serviços. Existe também a tensão entre o sacerdócio comum dos fiéis e o ministério ordenado. A doutrina de Lutero e dos Reformados sobre o ministério e a posição católica até o ensinamento do Concílio Vaticano II merecem breve consideração. A origem e a diferenciação dos ministérios na tríplice forma, na tradição luterana, na confissão reformada se põem como real problema ecumênico. As teorias da delegação ou da instituição divergem. Outro ponto difícil tratado diz respeito ao ministério episcopal e à sucessão apostólica com diferentes compreensões. Abordam a ordenação, como sacramento, conferido pela imposição da mão e pela oração, o seu caráter indelével, a falta de sacerdotes e o celibato para o mundo católico. Pomo de discórdia é a ordenação das mulheres. A Igreja católica e ortodoxa rejeitam terminantemente enquanto outras igrejas cristãs a realizam. *Last but not least* o livro trata da *crux* do ecumenismo: o

ministério petrino. O próprio papa João Paulo II reconheceu tal fato e sua impotência em resolvê-lo. E o tema dos ministérios se encerra com a indicação de tarefas e objetivos na explicitação da compreensão e prática dos ministérios por parte das tradições cristãs.

O último bloco temático gira em torno da eclesiologia. Questão em íntima articulação com a anterior. De novo, um passeio pelo Novo Testamento mostra diferentes interpretações possíveis da compreensão de Igreja. Em seguida, as autoras percorrem as afirmações fundamentais da confissão da Igreja, começando pelo Concílio de Constantinopla (a.381). Quanto aos atributos essenciais da Igreja, existem grandes diferenças nas Igrejas. Elas revisitam vários textos eclesiológicos importantes: Texto elaborado na V Reunião Geral de **Faith and Order** (1993: Santiago de Compostela), “The nature and the mission of the church” (2005), “Die kirche Jesu Christi” da Comunidade das Igrejas Evangélicas da Europa. Outras questões eclesiológicas abordadas são a Igreja como comunidade dos santos, a Igreja como Sinal e Instrumento da salvação, a Igreja visível e invisível, as características da Igreja, a Igreja local e universal e a situação da atual compreensão de ecumenismo.

Uma terceira parte bem mais breve trata das metas da teologia ecumênica. Antes de tudo, está diante do ecumenismo a forma de unidade das Igrejas a ser construída. Existem muitos modelos. Por isso, faz-se mister esclarecimentos fundamentais sobre o conceito de unidade. Os anglicanos trabalharam-no no **Lambeth Quadrilateral** e apontam quatro elementos para a unidade: a Escritura, a confissão de fé da Igreja antiga, os sacramentos do batismo e da Ceia/Eucaristia, o (histórico) ministério episcopal. Há os estudos “Unidade diante de nós” da comissão comum romano-católica e evangélico-luterana. Há modelos parciais e amplos de unidade. O texto já citado, “The nature and the mission of the church”, também trata de tal questão. Existem diferenças nesses diversos modelos de unidade. No fundo, estão em jogo a unidade e a pluralidade.

Um outro ponto quanto às metas diz respeito aos contextos em que as Igrejas vivem. Para superar as oposições, cabe conhecê-los na sua origem e no seu significado para a respectiva Igreja. Há diferenças entre contextos nacionais e regionais que pedem diferentes metas. As autoras relevam as exigências das situações familiares, como no caso de casamentos entre cônjuges de diversas confissões. Evidentemente na Alemanha tal problema se põe muito diferentemente da atual conjuntura do Brasil. Aqui os parceiros das denominações pentecostais

e neopentecostais impõem sua fé como condição de convivência, já desde o namoro. O ecumenismo no interior do matrimônio torna-se quase impossível.

Concluindo a obra, as autoras apontam metas intermédias. Para tanto, estudam a *Charta Oecumenica* de Estrasburgo (2001), assinada por representantes da Conferência Eclesial Europeia e do Conselho da Conferência Episcopal, que oferece linhas diretivas. E outras iniciativas se fizeram acontecer para avançar no diálogo ecumênico. Entra em questão a cooperação ecumênica no ensino religioso nas escolas na sua reivindicação legal. Tornou-se também entre nós problema muito agudo e discutido. E finalmente, estão a dimensão missionária e o serviço espiritual no ecumenismo num contexto em que grupos pentecostais e neopentecostais crescem. Que significa missão nessa conjuntura? Vai na direção do seguimento de Jesus e não numa pretensão de poder religioso que se impõe. As autoras falam da Alemanha como território de missão. No Brasil, Aparecida se preocupou com a evasão de católicos para denominações evangélicas de traço pentecostal. No fundo, está uma confiança fundamental na mensagem de justificação do evangelho.

Estamos diante de um texto que serve de excelente manual de teologia ecumênica, tão escasso no mercado teológico. Texto claro, didático, positivo, contundente. Aborda com amplitude os problemas. Material muito rico. Em termos de Brasil, necessitaria de uma adaptação. Reflete em termos de documentos, de experiências, de propostas a realidade alemã e, no máximo, europeia. No entanto, o leitor teológico adestrado tem condições de operar a transposição da margem alemã para as nossas, evitando simples cópia. Facilita altamente a leitura e a inteligência do livro o recurso didático de apor junto aos parágrafos pequenos verbetes que lhes indicam a ideia principal.